



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0085388-3/01

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: RENAUTO PEÇAS LTDA

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA- PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ARTIGO 535, DO CPC. INCABÍVEL A INTERPOSIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1- O Estado de Pernambuco ingressou com os presentes Embargos de Declaração com a finalidade de ver reformado acórdão proferido por esta Câmara na Apelação Cível nº0085388-3, por vislumbrar contradições.

2- Não há qualquer contradição no *decisum* proferido por esta Câmara. Consta no acórdão açoitado, com clareza, que a condenação de honorários advocatícios efetuada pelo Juízo de origem deve ser mantida, por ser adequada à presente lide. Nesse andar, basta observar a sentença da Ação Anulatória nº7672/2000 para saber em que montante foram arbitrados os honorários advocatícios. Em momento algum foi mencionada condenação do embargante em honorários advocatícios.

3- Inocorrentes as hipóteses do art.535, CPC, não há como prosperar o inconformismo do recorrente;

4 - Embargos Declaratórios rejeitados - à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº **0085388-3/01**, figurando como Embargante **ESTADO DE PERNAMBUCO** e Embargado **RENAUTO PEÇAS LTDA**, acordam os Exmos. Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2010


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0085388-3/01

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: RENAUTO PEÇAS LTDA

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Estado de Pernambuco ingressou com os presentes Embargos de Declaração com a finalidade de ver reformado acórdão proferido por esta Câmara na Apelação Cível nº0085388-3, por entender que houve contradição.

Segundo o embargante, existe flagrante contradição entre o acórdão vergastado e o item 7 da ementa, quando é dito que " O Juízo de origem arbitrou em 10% as verbas honorárias. Tendo em vista que também sucumbiu o Estado, no que diz respeito ao provimento do pedido de reavaliação das mercadorias, então temos que o valor estipulado pelo magistrado na sentença revela-se ideal para o caso em comento" (fl.03/04).

Desta feita, entende ter sido contraditório o acórdão proferido, devendo ser reformada a decisão a fim de que se esclareça se também deve verbas honorárias o Estado de Pernambuco.

É o relatório.

Recife, 26/01/2000


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0085388-3/01

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: RENAUTO PEÇAS LTDA

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Estado de Pernambuco contra Acórdão que negou provimento às Apelações interpostas por Renauto Peças Ltda e Estado de Pernambuco.

Analisando os argumentos ventilados pelo embargante, verifico que não merece prosperar sua tese de existência de contradição na decisão vergastada. Ora, afirma o recorrente que o acórdão atacado é eivado de contradição, abrindo margem à interpretação de que o Estado de Pernambuco também foi condenado ao pagamento de honorários advocatícios.

Malgrado a visão do embargante, não vislumbro qualquer contradição no *decisum* proferido por esta Câmara. Consta no acórdão açoitado, com clareza, que a condenação de honorários advocatícios efetuada pelo Juízo de origem deve ser mantida, por ser adequada à presente lide. Nesse andar, basta observar a sentença da Ação Anulatória nº7672/2000 para saber em que montante foram arbitrados os honorários advocatícios.

Em momento algum foi mencionada condenação do embargante em honorários advocatícios.

Nesse contexto, constatada a inexistência dos requisitos necessários à interposição dos aclaratórios, tenho que o presente recurso não merece ser acolhido, a teor do art.535, CPC.

Diante dos argumentos esposados, que adoto como razões de decidir, **VOTO pela rejeição** dos Embargos Declaratórios, mantendo incólume o Acórdão proferido.

Recife, 26/01/2010


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator